

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia
Municipal de Almada
João Couvaneiro

geral.assembleia@cma.m-almada.pt

V/Ref.ª

N/Ofício n.º:
15/GP

Data:
10 de fevereiro de 2026

Assunto: Requerimento Nº 02/XIV-1º/BE - Pedido de informações sobre despesa pública com produtos e serviços da Microsoft e avaliação de alternativas de software livre.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Almada,

Em resposta ao email com a referência acima mencionada, relativamente ao pedido do Senhor Deputado Municipal Jefferson Oliveira, sobre o pedido de informações de despesa pública com produtos e serviços da Microsoft e avaliação de alternativas de software livre.

Cumpre, à Câmara Municipal de Almada clarificar os valores empregues pelo Município em contratos, diretos ou indiretos, relativos a produtos ou serviços da Microsoft e a sua finalidade, no âmbito do anterior mandato 2021/2025.

Face ao exposto e no escrupuloso cumprimento do princípio da transparência na gestão dos dinheiros públicos, da eficiência e da economicidade dos procedimentos técnicos e de gestão da Câmara Municipal de Almada, informa-se o seguinte:

1. Valores totais despendidos pela autarquia:

- Licenças de software (ex: Microsoft 365, Windows, Azure, etc...):
 - o 2021: 253.705,40 €;
 - o 2022: 324.720,22 €;
 - o 2023: 647.707,83 €;
 - o 2024: 426.200,90 €.
- Serviços de suporte, manutenção ou consultoria:
 - o 2021: 0 €;
 - o 2022: 10.794,45 € (incluídos no valor do contrato celebrado);
 - o 2023 e 2024: 9.840,00 € (incluídos no valor do contrato celebrado).

- Equipamentos ou soluções que incluam tecnologia Microsoft:
 - o Custos incluídos no valor do licenciamento.
- Formação ou outros serviços associados:
 - o Não existiram custos com formação Microsoft.

2. Contratos celebrados

- Ano de 2021: Contrato 11/2021 (NOS Comunicações, S.A.), celebrado por 1 ano relativo a licenciamento;
- Ano de 2022: Contrato 72/2022 (Claranet II Solutions, S.A.), celebrado por 1 ano relativo a licenciamento;
- Anos de 2023 e 2024: Contrato 37/2023 (Claranet II Solutions, S.A.), celebrado por 3 anos relativo a licenciamento.

3. Fundamentação da opção por produtos ou serviços da Microsoft

A opção por produtos/serviços da Microsoft tem-se manifestado como a mais adequada dada a continuidade operacional e a capacidade de interoperabilidade; maturidade e fiabilidade das soluções; transversalidade e integração da sua aplicação na Administração Pública; inclusão de mecanismos avançados de cibersegurança e proteção de infraestruturas críticas e dados sensíveis e capacitação dos recursos humanos, mitigando as despesas com formação dada a transversalidade da sua utilização.

Esta opção tem-se revelado como a mais adequada às necessidades atuais do Município, sendo periodicamente reavaliada.

4. Confidencialidade

Os contratos acima descritos incluem cláusulas de confidencialidade que não comprometem o acesso a informação por parte dos diversos agentes envolvidos na garantia da transparência e do escrutínio da atividade do Município, desde o acesso a informação por parte dos órgãos autárquicos competentes, ao exercício dos poderes de fiscalização, auditoria e controlo financeiro e legal, incluindo por entidades externas e obrigações previstas na legislação aplicável à contratação pública.

5. Proteção de dados

O tratamento de dados obtidos e armazenados pela CMA cumpre integralmente o disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).

6. Medidas adotadas para a promoção de software livre e de soberania digital

A Câmara Municipal de Almada reconhece a importância estratégica da autonomia e da soberania digital, em linha com as orientações da União Europeia e recomendações das diferentes forças políticas.

Nesse sentido, tem adotado e pretende continuar a adotar medidas como a avaliação de forma sistemática de soluções de software livre e de código aberto em novos projetos e aquisições, sempre que cumpram requisitos funcionais, de segurança e de sustentabilidade; a utilização de software livre em áreas como servidores, bases de dados, desenvolvimento e SIG/CAD/BIM quando é tecnicamente viável, incluindo QGIS e Geonetwork.

De referir que, anteriormente, a maioria das licenças Autodesk/AutoCAD foi substituída por BricsCAD, estando a Câmara Municipal a analisar soluções Open Source BIM.

Tem sido, igualmente, uma prioridade do Município a adoção de normas e formatos abertos bem como formação técnica, que garantam a independência tecnológica, a portabilidade e reutilização da informação.

A coexistência de soluções proprietárias e de software livre representa uma abordagem pragmática e equilibrada, orientada para o interesse público, para a eficiência dos serviços municipais e para a proteção dos direitos dos cidadãos.

A Adjunta do Gabinete de Apoio à Presidência

Ana Lúcia Santos